

Novas tabelas do regime convencionado da ADSE

Argumentos do SINTAP convencem Governo e Diretor-geral a suspenderem alterações relativas às próteses intraoperatórias

Numa mensagem enviada ao **SINTAP** esta segunda-feira, 23 de maio, o Diretor-geral da ADSE, Carlos Liberato Batista, informa que ficam suspensas as alterações às tabelas do regime convencionado relativas às próteses intraoperatórias, as quais resultariam num aumento dos pagamentos a efetuar pelos beneficiários, mostrando que os argumentos apresentados nas várias reuniões já realizadas foram considerados pela tutela, em particular pelo Ministério da Saúde, **numa atitude muito positiva, de clara valorização da negociação coletiva na Administração Pública e reveladora de que a postura negocial assumida pelo SINTAP é consequente.**

Assim, na referida mensagem pode ler-se que *“na sequência das diversas reuniões realizadas entre a ADSE e diversas organizações representativas dos trabalhadores da Administração Pública e de aposentados ou reformados, decidiu a Direção-Geral da ADSE suspender a entrada em vigor da alteração proposta na tabela das próteses intraoperatórias, na qual estava prevista a introdução de um copagamento a cargo do beneficiário, de 20% do valor da prótese intraoperatória, valor este que no entanto estava sujeito ao limite máximo de copagamento de 200€, ou seja de 20% sobre o valor de 1.000€.*

A ADSE vai estudar, com as referidas entidades representativas de trabalhadores e aposentados, soluções à proposta apresentada e cujos efeitos se suspendem agora”.

Desde a primeira hora que o **SINTAP** considerou que estes aumentos eram inaceitáveis, uma vez que **os trabalhadores e pensionistas beneficiários da ADSE são atualmente a única fonte de financiamento deste subsistema de proteção social, para o qual contribuem mensalmente com 3,5% dos seus salários e pensões, facto que lhes dá uma legitimidade acrescida para participarem em todas as decisões que com ele relacionadas.**

O **SINTAP** aguarda agora que venham brevemente a ser agendadas uma ou mais reuniões para que, em conjunto com o Ministério da Saúde ou com a Direção-geral da ADSE, sejam encontradas soluções que assegurem a sustentabilidade do sistema sem qualquer prejuízo para os beneficiários, **esperando que este seja um passo decisivo para que os sindicatos passem a ser parte ativa em qualquer processo que envolva alterações a um património construído a partir das relações de trabalho na Administração Pública.**

Lisboa, 24 de maio de 2016